

GÊNERO, CIÊNCIA E SILENCIAMENTOS: AS PERCEPÇÕES DE MULHERES PESQUISADORAS E DOCENTES EM UMA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Bianca dos Santos Marques¹

Resumo: Tendo em vista a necessidade de intensificar os debates sobre a iniquidade de gênero em espaços acadêmicos, bem como expandir os estudos de gênero e divisão sexual do trabalho, este artigo se debruça sobre as percepções de mulheres, da área de Humanidades, sobre a experiência de produzir ensino, pesquisa e extensão em uma Universidade brasileira, a fim de identificar e compreender como se dão as relações de gênero na academia. Para tanto, averiguamos se a naturalização do machismo e do patriarcalismo interferem de alguma maneira no desenvolvimento acadêmico e/ou reforçam barreiras que obstaculizem o protagonismo feminino. Realizamos uma pesquisa qualitativa, cuja coleta de dados se deu por meio de um formulário eletrônico do Google, constituído por quatro perguntas abertas, enviado via *e-mail* para mulheres docentes do ensino superior de uma universidade pública no Brasil. Diante disso, verificamos que a presença feminina na academia ainda reflete uma condição desigual, principalmente na ocupação de cargos administrativos; além disso, após as entrevistas, depreendemos que o espaço acadêmico hierarquiza as mulheres, que as relações de gênero se dão por meio de inúmeras violências simbólicas, e não somente: com frequência as docentes relataram que possuem seu intelecto questionado e inferiorizado, suas falas e vozes são interrompidas, enfraquecidas, invisibilizadas e refutadas, o que nos leva a concluir que as relações de gênero estão permeadas pela violência patriarcal que marca a sociedade brasileira.

Palavras-chave: gênero, docentes, desigualdade, universidade.

Abstract: Given the importance to intensify debates on gender inequality in academic spaces, as well as expand gender studies and the sexual division of labor, this article focuses on the perceptions of women, in the Humanities area, about the experience of produce teaching, research and extension projects at a Brazilian University, in order to identify and understand how gender relations occur in academia. Therefore, we investigated whether the naturalization of sexism and patriarchy interfere in academic development or reinforce barriers that prevent female protagonism. We carried out a qualitative research, whose data was collected through a Google electronic form, consisting of four open questions, sent via e-mail to female professors of a higher education at a public university in Brazil. Therefore, we found that the female presence in the academy still reflects an unequal condition, especially in the occupation of administrative positions; in addition, after the interviews, we concluded that the academic space ranks women, that gender relations are full of innumerable symbolic violence, and not only: these professors/researchers often reported that their intellect is questioned and depreciated, their speeches and voices are interrupted, weakened, made invisible and refuted, which leads us to conclude that gender relations are permeated by the patriarchal violence that marks Brazilian society.

Keywords: gender, teachers, inequality, university.

¹ Bacharela em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB/CE). Graduanda em Sociologia pela mesma instituição.

Um olhar para as diferenças de gênero na academia brasileira²

Ao longo das últimas décadas as lutas pela equidade entre os gêneros e pelos direitos da mulher tem se expandido significativamente. Contudo, na academia brasileira, um espaço considerado progressista que auxilia na construção do pensamento crítico e autônomo, persiste a necessidade de transformações no que tange à equidade de gênero. Apesar da ampliação das discussões, avançar da teoria para a prática ainda é um longo percurso. As opressões multifacetadas que são vivenciadas pelas mulheres no âmbito acadêmico são inúmeras e se transformam em grandes obstáculos para a efetivação de uma sociedade mais justa, além de apontarem impactos substanciais nas trajetórias dessas mulheres.

Dentro das universidades, a partir de uma rápida leitura, é possível perceber que as posições de liderança ainda são ocupadas, majoritariamente por homens; enquanto mulheres ainda são minoria na ocupação de cargos administrativos. Quando avaliamos a situação de desigualdade a partir de uma leitura interseccional, a inferiorização da mulher se torna ainda mais perceptível e dramática, como afirma Collins (2016, p. 99) ao sentenciar que as “[...] mulheres negras têm ocupado posições marginais em ambientes acadêmicos”.

As pesquisadoras Marília Moschkovich e Ana Maria F. Almeida (2015), ao avaliarem as desigualdades de gênero na academia brasileira, tomando como lócus de análise a Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, concluíram que “as docentes do sexo feminino estão mais concentradas em alguns cursos e que os seus colegas do sexo masculino encontram-se mais espalhados pelos diferentes cursos” (p. 780) e que isso parece indicar que as mulheres têm mais obstáculos do que os homens para ingressar em determinadas áreas do conhecimento. Além disso, ainda segundo as pesquisadoras citadas, as mulheres levam muito mais tempo para atingir o topo da carreira.

Nesse sentido, faz-se necessário debater as desigualdades de gênero dentro da Universidade, refletindo sempre a importância e a urgência não só do debate, mas também da formulação de agendas que visem a equidade de gênero. Trazer à tona essas discussões contribui não só para expandir os estudos sobre gênero e divisão sexual do trabalho, mas também para problematizar os espaços ocupados pelas mulheres, bem como os inúmeros entraves impostos ao longo da formação acadêmica.

² Este artigo foi produzido como requisito para a conclusão do curso de Licenciatura em Sociologia – UNILAB/CE. Foi orientado pela Prof. Dra. Janaina Campos Lobo, do Instituto de Humanidades da UNILAB/CE. Agradeço às professoras Joana Elisa Rower e Daniele Ellery Mourão pela disponibilidade de participarem da banca de avaliação.

Dessa forma, o presente artigo objetiva identificar e compreender as percepções de mulheres pesquisadoras e docentes sobre como se dão as relações de gênero na Universidade. Além disso, busco averiguar se a naturalização do machismo e do patriarcalismo, que estão impregnados na sociedade, interferem de algum modo em seu desenvolvimento acadêmico e/ou reforçam barreiras que impedem o protagonismo feminino. Será que a mulher consegue produzir ciência em sua total potência em um espaço onde a presença do homem pode - de certa forma - silenciá-la, mesmo que de modo simbólico? Como essas mulheres se percebem enquanto docentes em um ambiente que é essencialmente masculino? Para tentar encontrar respostas para essas indagações, o presente artigo se propõe a buscar, através de entrevistas, as percepções de mulheres, em um curso da área de Humanas, sobre como é a experiência de produzir ensino, pesquisa e extensão, ocupar cargos de gestão e se socializar em um espaço que, em muitos aspectos, parece ser refratário à presença feminina.

Este trabalho traz em sua metodologia uma abordagem qualitativa, que é caracterizada pelo caráter subjetivo de analisar o objeto da pesquisa. As questões que serão abordadas ao longo deste artigo foram coletadas por meio de um formulário eletrônico através do *Google*. Tal formulário, que na realidade é um roteiro de entrevista, foi constituído por quatro perguntas abertas, as quais versavam sobre a percepção de mulheres docentes e pesquisadoras em relação ao trabalho acadêmico. As perguntas foram enviadas através de e-mail para quatro participantes, todas docentes de cursos de ensino superior de uma Universidade pública no Brasil, contemplando também uma diversidade de origens, raça e formação acadêmica. A escolha desta amostra se deu levando em consideração a tentativa de trazer o entendimento dessas mulheres, em profundidade, sem levar em conta estatísticas ou medições numéricas, sobre as iniquidades de gênero no cotidiano acadêmico. As quatro participantes foram informadas quanto ao anonimato.

Mulheres e Ciência: um debate indispensável

A condição da mulher diante da ciência sempre foi uma condição marginal, onde o principal incentivo era o de NÃO fazer ciência, de não ocupar espaços onde apenas o homem tinha livre acesso. Nesse sentido, as mulheres foram oprimidas, silenciadas e tratadas como cidadãs de segunda classe. Além disso, às mulheres são atribuídas multifunções: cuidar dos filhos, da casa, do marido, da carreira profissional³. Logo, fazer ciência sob tais condições se

³ Importante pontuar a visão de Silvia Federici (2019, p. 42) que “a diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres, como também foi transformado em um atributo

torna uma tarefa extremamente complexa. Apesar dessa ‘naturalização’ de papéis sociais que, frequentemente, colocam a mulher em uma posição de subalternidade, cabe destacar que “as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais” (KERGOAT, 2009, p. 67). Nesse sentido, parece inegável referir que dentro de um esquema de divisão social do trabalho, no qual prevalecem a separação e a hierarquização, o trabalho da mulher deve ser diferente e valer menos se comparado ao que é desempenhado por homens.

Deste modo, os incentivos e os trabalhos mais reconhecidos são atribuídos aos homens, o que acaba imputando a ideia de que mulher não sabe fazer ciência e nem sequer participou da ciência em algum momento da História, o que cai por terra ao retonarmos e fazermos um estudo da História com maior atenção. Quando lançamos outra perspectiva, é possível perceber que as mulheres sempre estiveram ligadas às grandes descobertas, quando não feita por elas. Apesar disso, há um reiterado ocultamento. Sobre esse aspecto, Perrot (2007) ao traçar uma história social das mulheres, observa que muitas se mantiveram confinadas no silêncio de um mar abissal, destinadas a obscuridade e ao ocultamento. Esse ocultamento da história foi provocado, dentre muitas coisas, pela falta de comprovações e documentos oficiais, o que dificulta traçar uma autêntica história das mulheres que consiga abarcar toda a sua participação, o que acaba colocando-as à margem do tempo e da História. Essa “ausência”, esse silêncio, muito se justifica por que durante muito tempo foram os homens, presentes na vida pública e política, que escreviam a história: o que não significa que elas não estavam presentes, apenas que não foram colocadas nos escritos feitos por eles. Um silêncio que não significa ausência de ser e estar. Ainda, segundo Perrot (2007): “as mulheres foram, durante muito tempo, deixadas na sombra da história” (p. 07), tiveram sua participação sobnegada.

Quando se faz uma comparação entre homens e mulheres é possível perceber que elas possuem carreiras mais tardias e passam por muitas adversidades para alcançar cargos científicos mais altos. De acordo com dados da UNESCO (BRASIL, 2021), aproximadamente 30% dos cientistas do mundo são mulheres, estima-se ainda que, mesmo existindo poucos dados com relação às disparidades entre homens e mulheres cientistas, vários estudos apontam que as mulheres recebem menos por suas pesquisas e não ascendem em suas carreiras como os homens. Mesmo que as mulheres tenham conseguido ocupar espaços antes inimagináveis ainda há um longo e árduo percurso em direção a igualdade de direitos.

natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina”.

O Relatório organizado pela Elsevier (empresa global de informações analíticas que contribui com instituições para o progresso da ciência) apresentou disparidade entre gêneros em número de publicações. Segundo Brasil (2021) “Um estudo de 5,5 milhões de papers científicos assinados por 27,3 milhões de autores revelou que os homens produziram 70% desses textos e ocuparam a primeira autoria de 66% deles”. Muitos apontam que tal disparidade tenha relação com a vida pessoal das mulheres, uma vez que, para elas, conciliar tempo de pesquisa, carreira profissional, maternidade e tarefas domésticas não lhes possibilitam o tempo necessário para o fazer científico. Ademais, as mulheres, por conta da maternidade, precisam se ausentar por mais tempo do trabalho e/ou pesquisas e ao voltarem, quando voltam, retornam de modo lento e gradual, apresentando várias intermitências⁴. Além disso, ainda há toda uma questão estrutural, alimentada por condições desiguais geradas pelo patriarcado⁵, que faz com que a mulher tenha mais dificuldade em consolidar-se na carreira científica.

As mulheres desde muito novas são ensinadas como devem ser os cuidados com a casa, já com os meninos, isso não acontece, dando a eles mais tempo para estudar. Essa observação embora simples e superficial, possui bastante relevância, pois a partir dela é possível perceber que desde cedo é imposto o que a mulher **tem que fazer** e ao homem o que ele **pode fazer**. Ter acesso ao estudo foi uma grande conquista para mulher e ter uma educação mais especializada e qualificada é sem dúvidas uma luta que ainda está acontecendo.

Mesmo sendo colocadas em um papel de inferioridade, submissão e invisibilidade, tendo sua voz enfraquecida e até mesmo silenciada, as mulheres adquiriram espaço significativo no meio científico por meio de um longo, árduo e doloroso percurso. Em meio a uma sociedade patriarcal e excludente elas vêm chamando, cada vez mais, atenção e gerado reconhecimento para seus trabalhos mostrando que “[...] a ciência é um texto contestável e um campo de poder” (HARAWAY, 1995, p. 11). Dessa forma, Donna Haraway aponta que os campos de construção teórica também podem ser considerados espaços de poder e, nesse

⁴ A plataforma Lattes, a qual reúne currículos de pesquisadores de todo país, incluiu, em abril de 2021, uma seção na qual mulheres poderão indicar seus períodos de licença-maternidade. A medida, ainda que tardia, permite que cientistas que tiveram filhos não tenham registradas pausas ligadas à produção acadêmica, situação que poderia prejudicá-las na disputa por editais de pesquisa e fomento.

⁵ Lerner (2019, p. 290) refere que patriarcado é a “manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral”. Ainda segundo Gerda Lerner, o patriarcado sugere que homens detêm “o poder em todas as instituições importantes da sociedade e que as mulheres são privadas de acesso a esse poder”, seria, portanto, o sistema institucionalizado de dominância masculina.

sentido, as mulheres têm conseguido os adentrar, porém, é de suma importância lembrar que nem sempre foi assim e que a luta por uma educação formal da mulher, pela equidade de direitos, pelo direito de ocupar certos espaços considerados como produtores de conhecimento, logo, produtores de poder, ainda não foi ganha. Isso pode ser verificado quando, ainda seguindo Haraway, as mulheres são frequentemente acusadas de fazer uma ciência pouco objetiva⁶.

A presença de mulheres nesse campo de poder é importantíssima não só para suas lutas, mas também para gerar representatividade fazendo com que outras mulheres se espelhem nelas e se sintam capazes de ocupar tais espaços. Estar na Universidade, nos laboratórios, nas grandes instituições, torna-se essencial na luta por equidade e é necessário que as docentes e/ou cientistas que estão ali atuem de modo ativo visando desconstruir a universidade e reconstruí-la a partir de uma outra perspectiva, descentrada do paradigma patriarcal.

Dentro das grandes instituições nas quais os cargos mais altos são ocupados por homens, é atribuída à mulher a condição de subordinada. Nessa posição, a mulher pode, muitas vezes, silenciar-se diante de algumas situações para que sua ação e/ou fala não a prejudique futuramente, assim com afirma Collins: “as pessoas oprimidas podem manter escondidas uma consciência e podem não revelar o seu verdadeiro *self* por razões de autoproteção” (COLLINS, 1986, p. 113). Nas Universidades não é diferente. Esse silenciamento causado pela opressão simbólica, que acontece quando a figura masculina condiciona de forma coercitiva a ação da mulher mesmo que não haja palavras e/ou ações, bastando assim sua presença, faz com que a mulher não se desenvolva em sua potência, pois sempre existe o receio de estar se arriscando de algum modo.

Dessa forma, segundo Scott, “as teóricas do patriarcado têm dirigido sua atenção à subordinação das mulheres e encontrado a explicação dessa subordinação na "necessidade" masculina de dominar as mulheres (SCOTT, 1995, p. 77). O homem, mesmo que de forma indireta, coage as mulheres não só no ato de falar, mas também no modo de agir. Pierre Bourdieu reconheceu essa violência ao sentenciar que “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la”

⁶ Quando Haraway (1995, p. 30) propõe uma ciência no feminismo, a autora está “argumentando a favor de políticas e epistemologias de alocação, posicionamento e situação nas quais parcialidade e não universalidade é a condição de ser ouvido nas propostas a fazer de conhecimento racional. São propostas a respeito da vida das pessoas; a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo”.

(BOURDIEU, 1999, p. 18). Logo, a voz masculina se impõe sobre as demais de forma “natural” e quando em grande quantidade pode se sobressair ainda mais sobre a voz feminina causando um silenciamento total ou mudança no comportamento das mulheres. Tais comportamentos são muito comuns dentro de sala de aula e trata-se de vestígios históricos de uma ideologia de inferioridade da mulher. Para Saffioti: “[...] até as mulheres que trabalham na enxada, apresentando maior produtividade que os homens, admitem sua "fraqueza". Estão de tal maneira imbuídas desta ideia de sua “inferioridade”, que se assumem como seres inferiores aos homens” (SAFFIOTI, 1987, p. 12). Uma ideia de inferioridade que é imposta a mulher desde sua infância e que continua sendo alimentada sutilmente pela sociedade e pelas relações que nela são construídas.

Além disso, durante muito tempo, segundo Scott (2005):

a maternidade foi frequentemente oferecida como a explicação para a exclusão das mulheres da política, a raça como a razão da escravização e/ou sujeição dos negros, quando de fato a relação de causalidade se dá ao inverso: processos de diferenciação social produzem exclusões e escravizações que são então justificadas em termos de biologia ou de raça” (2005, p. 18-19)

Desse modo, vê-se que a exclusão social da mulher e sua inferiorização se deu, de certo, modo por meio de justificações do biológico, o que ainda nos dias atuais é um argumento utilizado pelos homens para explicar a fragilidade feminina ou carência no intelecto e que, por sua vez, são por elas internalizadas desde muito cedo. “Mulheres por milênios participaram do processo de sua própria subordinação porque elas foram moldadas psicologicamente para internalizar a ideia de sua própria inferioridade” (LERNER, 2019, p. 10).

Na universidade, as mulheres são comumente desqualificadas intelectualmente, onde não são consideradas ou têm suas capacidades intelectuais e seus conhecimentos subestimados. A elas, desde o ensino básico, é incentivado que façam cursos “de mulher”, cursos que são atribuídos ao feminino, ao cuidado, como por exemplo, Pedagogia, Serviço Social, Enfermagem e, quando não os fazem, sofrem com a exclusão em sala de aula onde a mulher não pode se expressar sem ser interrompida, contrariada ou questionada⁷. Essa divisão

⁷ Existem hoje vários termos que versam sobre o silenciamento da mulher. Os termos são normalmente utilizados em inglês, mas podem ser traduzidos para que entendamos o contexto no qual essas violências acontecem: **maninterrupting (homens que interrompem)** – quando uma mulher não consegue concluir seu raciocínio porque é constantemente interrompida; **bropropriating (apropriação)** – quando um homem se apropria de uma ideia de uma mulher e leva os créditos por isso; **mansplaning (homens que explicam)** – quando um homem se dedica a explicar coisas óbvias a uma mulher, acreditando que ela não será capaz de entender; **gaslighting (violência emocional)** – quando, por meio de manipulação psicológica, o homem leva a mulher e todos ao seu redor a acharem que ela enlouqueceu ou que é incapaz de realizar algo.

de profissões e o lugar que é designado à mulher na sociedade interfere diretamente na academia, pois acaba por afastar sutilmente as mulheres “[...] mulheres têm moldado suas vidas e agido debaixo do guarda-chuva do patriarcado [...]” (LERNER, 2019, p. 09).

Para as mulheres existe a contínua necessidade de a cada momento estarem tentando conquistar seu espaço, algo que parece ser inalcançável. Nas universidades, a presença feminina na docência, dependendo do curso, pode ser algo que ainda incomoda, pois elas são consideradas, mesmo em um espaço onde o conhecimento e o progresso deveria se fazer presente de todas as formas e jeitos, indivíduos secundários. Nas universidades, em geral, o feminino não é referência e as mulheres ainda não estão ocupando espaços de tomadas de decisão e, quando ocupam, sofrem com as violências simbólicas, precisam ter uma conduta impecável e são duramente cobradas, bem mais do que homens na mesma posição. Isso faz com que, muitas vezes, a própria mulher opte por cargos menos competitivos e que tenha a presença de mais mulheres, o que torna nítido que embora se tenha conseguido certa igualdade de oportunidade no ingressar em um curso superior, de ocupar o cargo de docente, ainda não há certa facilidade e naturalidade em vê-las num cargo de poder e decisão⁸.

Ademais, é necessário pensar em como todos os obstáculos apontados aqui entre o fazer científico e as mulheres tornam-se ainda maiores quando fazemos um recorte racial. A produção de ciência da mulher negra torna-se ainda mais complexa se comprado à mulher branca, tendo em vista a estrutura social na qual estão inseridas que, além de patriarcal e machista, é extremamente racista. De acordo com bell hooks “[...] a produção feminista por parte de acadêmicas negras sempre foi marginalizada na academia [...]” (2013, p. 172). A partir dessa perspectiva percebemos que produzir ciência na academia sendo uma mulher negra é extremamente complicado, uma vez que a presença da mulher negra na ciência foi historicamente invisibilizada, assim como a mulher branca, mas em um grau infinitamente maior: “[...] muito do pensamento feminista negro tem como objetivo contornar essa invisibilidade, ao apresentar análises de mulheres negras enquanto sujeitos humanos plenos” (COLLINS, 2016, p. 120)⁹.

⁸ Importante mencionar o relatório *Education at Glance*, de 2019, cujo foco era traçar um panorama da educação em 46 países (incluindo o Brasil), com foco na educação superior. De acordo com este relatório, mulheres brasileiras têm 34% mais probabilidade de se formar no ensino superior do que seus pares do sexo masculino, mas também menos chances de conseguir emprego.

⁹ Nesse sentido que o conceito de interseccionalidade, tal como proposto pela teórica crítica da raça, Kimberle Crenshaw (2002), pode nos auxiliar na compreensão das múltiplas opressões que não agem separadamente, mas sobrepostas.

É importante perceber que as necessidades da mulher negra são distintas das necessidades das mulheres brancas, levando em consideração o processo pelos quais passaram e como tais processos e seus vestígios as afetam até os dias de hoje. Então, nesse sentido, precisamos nos indagar não apenas se a academia, estruturalmente, replica o modelo patriarcal da sociedade ao desprestigiar ou mesmo invisibilizar o trabalho de mulheres, mas devemos também reforçar a pergunta sobre o lugar da mulher negra na produção do conhecimento na academia.

Outro ponto que deve ser levantado é o de que a mulher não consegue somente concentrar-se na tarefa de ser cientista, mesmo que ela se encontre num patamar da sociedade em que ela não precise lidar diretamente com trabalho doméstico, com a criação e educação dos filhos, cuidados de idosos e afins. Igualmente, a mulher também precisará lidar com o assédio moral e até sexual na Universidade, pois estão dentro de uma estrutura que hierarquiza as mulheres sempre as *puxando* para baixo; então, como produzir conhecimento e ciência sob tais condições? Onde um simples olhar condiciona as ações das mulheres, as constroem e as fazem se autoprotegerem de modo com que tenham que, em alguns momentos, se absterem de ser quem são?

De acordo com Steil (1997, p. 62-63), ao conceituar a expressão *teto de vidro*, descreve:

uma barreira que, de tão sutil, é transparente, mas suficientemente forte para impossibilitar a ascensão de mulheres a níveis mais altos da hierarquia organizacional, (...) impedindo avanços individuais exclusivamente em função do gênero, e não pela inabilidade de ocupar posições no topo da hierarquia organizacional.

Esses impedimentos que as mulheres passam por questões de gênero são muito comuns e surgem de modo sutil e naturalizado nos mais diversos setores, público ou privado. A dificuldade que as mulheres têm de conseguir adentrar o mundo da gestão nos causa a sensação de que sendo mulher só se pode ir até certo ponto, algo que ainda esteja dentro do materno, do cuidado, do ensino, mas quando se passa para o mundo administrativo já se torna o mundo dos homens, lugar onde a presença feminina não é vista com *bons olhos*.

Em suma, embora antagonistas ou mesmo invisíveis em um dado momento da História, o ingresso da mulher na carreira científica tem se tornado uma importante questão na busca por equidade de direitos e libertação, afinal “[...] as mulheres sempre e até hoje vivem em um relativo estado de não-liberdade que vivem os homens” (LERNER, 2019, p. 03). Desta forma, é de grande importância que haja acesso a esse campo de poder, é necessário que a mulher se faça presente em espaços majoritariamente masculinos (e muitas vezes, essa

maioria é simbólica e não numérica) e, sobretudo, que a presença seja respeitada e valorizada de forma equânime e justa.

As vozes silenciadas: equidade de gênero e ciência

Para dar conta de atender aos objetivos deste trabalho, utilizou-se a abordagem qualitativa, cujo meio de coleta de informações se deu através de um formulário eletrônico do Google. Esse formulário foi encaminhado para quatro professoras pesquisadoras de uma universidade brasileira via *E-mail* e possuía quatro perguntas abertas, as quais visavam: identificar e compreender, a partir da visão dessas docentes universitárias, como se dão as relações de gênero na academia, averiguar se a naturalização do machismo e do patriarcalismo interferem de algum modo em seu desenvolvimento acadêmico ou reforçam barreiras que impeçam o protagonismo feminino. As perguntas feitas foram as seguintes: 1. Você sente que o trabalho acadêmico é desigual para os homens e mulheres? Caso sim em quais aspectos? 2. Você sente que, pelo fato de ser mulher, sua condição de intelectual/pesquisadora/professora é comprometida? Caso sim, em quais aspectos? 3. Como você vê que a academia/universidade invisibiliza/hostiliza a posição da mulher? 4. Como essas subordinações poderiam ser erradicadas?

Cabe destacar aqui que todas as colaboradoras foram alertadas sobre a confidencialidade de seus nomes, portanto as entrevistadas não terão seus nomes divulgados neste artigo. Ainda, a escolha do meio para coletar as informações foi feita pensando em como essas colaboradoras iriam dar contribuições sem que se sentissem, de algum modo, constrangidas, pressionadas ou incomodadas, uma vez que o formulário não identificava ou retinha informações. Dessa maneira, pedimos que as quatro docentes, todas vinculadas a cursos da área de Humanidades de uma mesma instituição de ensino superior, escrevessem sem pressão de tempo, de olhares ou qualquer incômodo de outra natureza, em um momento que fosse propício para elas, que coubesse em suas agendas cheias, de pesquisadoras, professoras e, algumas, mães. Além disso, a plataforma virtual asseguraria uma interlocução segura, uma vez que estamos desde o início de 2020 sob os efeitos nefastos da pandemia de COVID-19.

Espera-se encontrar as respostas para os questionamentos que foram feitos ao longo deste trabalho, sobretudo deixando que as vozes dessas professoras-pesquisadoras ecoem, uma forma de infringir as invisibilidades e, sobretudo, os silenciamentos impostos por estruturas desiguais. Assim, para que haja maior compreensão dessas narrativas, será

atribuído a cada colaboradora um nome fictício: *Maria, Ester, Ana e Célia*. A seguir serão apresentados os resultados da pesquisa, traçando relações com o que já vem sendo desenvolvido neste trabalho.

Quando questionadas se, para elas, o trabalho acadêmico seria desigual entre homens e mulheres, *Maria* prontamente afirmou que sim, considera desigual e completou:

[A] autoridade de mulheres é sempre colocada em entredito, nossa legitimidade intelectual é colocada em questão, passamos por situações de assédio como ser beijada no pescoço de surpresa por um colega que caminha por trás de nós, ser assobiada desde o primeiro andar [...] enquanto saía de bicicleta, presenciar como colegas mulheres são interrompidas em reuniões de colegiado, estudantes dizem que não entendem, repetidamente não entendem, se negam a ler autoras mulheres e assim pela por diante. Mandam mensagem 1 da manhã, discutem a nota até quando não estudam; e até as faltas que constam na planilha de frequência querem mudar (MARIA, 2021).

Neste relato é possível perceber os inúmeros obstáculos que tornam o ensinar e o fazer científico mais complexo para as mulheres, uma vez que elas não conseguem trabalhar concentrando-se apenas em suas atividades; pois, muitas vezes, precisam lidar com o assédio moral e sexual para permanecer no âmbito acadêmico. Para Ester (2021), que também deu uma resposta afirmativa à pergunta feita anteriormente, pontuou que um dos aspectos onde a desigualdade é percebida fortemente é a escuta, segundo ela:

O homem é mais ouvido do que a mulher. Para uma mulher ser ouvida ela precisa falar mais alto. Precisa falar e reafirmar sua fala. E isso faz diferença nas relações de trabalho. Se eu falo com o meu tom de voz, eu não sou ouvida, ou se sou ouvida é como se o que eu falasse fosse um sopro no ar, uma ideia solta, que alguém (um homem) a captura e diz como se fosse dele, ou diz que alguém disse, mas não sabe quem. Apagam a presença. Não reconhecem como alguém que diz... Isso não acontece sempre, mas acontece muito.

Por meio desta fala de Ester, evidenciamos como a voz da mulher em lugares que são essencialmente masculinos, como a universidade, é, quando não simplesmente ignorada, enfraquecida e tomada pelos homens. O exemplo citado pela colaboradora mostra como dentro da academia as mulheres precisam estar o tempo todo tentando conquistar, seja o espaço físico, seja o seu lugar da fala, isso, de modo subjetivo, impõe para a mulher que o que ela tem a dizer só se torna válido quando expressado na voz masculina, como se os ouvidos das pessoas ainda não fossem capazes de escutar o que uma mulher tem a dizer e qualificar como relevante. Outro ponto levantado por Ester diz respeito à subalternização da mulher no ambiente de trabalho: “É uma percepção da mulher como subalterna, mesmo ela estando em cargo superior. A posição hierárquica do cargo

não muda essa percepção” (ESTER, 2021). Diante disso, o lugar da mulher ainda se mostra um lugar onde as características das suas subjetividades, tais como a compreensão, a colaboração, as boas relações que são traçadas por elas e o cuidado se sobressaem em relação à competência intelectual e profissional. Ester finaliza a resposta à primeira pergunta trazendo uma afirmação que muito se falou neste trabalho quando foi levantada a questão do porquê as mulheres que estão inseridas no mundo acadêmico possuem carreiras mais tardias, produzem menos trabalhos científicos se comparado aos homens e não conseguem se doar ao fazer científico como eles:

O último aspecto que irei apontar, entre outros que poderia, são os afazeres doméstico, a maternidade. Nesse mundo competitivo o tempo para a produtividade é um aspecto diferenciador nos processos de reconhecimento profissional. Quem produz mais é visto e reconhecido. A maternidade direciona o tempo da mulher ao cuidado com suas crianças. E a desigualdade do tempo marca a desigualdade da produtividade no trabalho acadêmico. Mães solo precisam construir um tempo. Desdobram-se ou aceitam que no mundo da produtividade acadêmica o tempo é desigual. A questão não é o não desejo da maternidade, mas o necessário reconhecimento de sermos mulheres-mães-profissionais e tantas outras possibilidades... (ESTER, 2021).

A maternidade e o trabalho doméstico, que são papéis impostos à mulher desde muito cedo são justificados como algo biológico, inato; e atuam como exemplos que reafirmam que ser mulher, pesquisadora, docente e ter outras tantas funções tornam o seu caminhar um processo mais lento e demorado. Dessa forma, conciliar e juntar tantos esforços não é uma tarefa fácil, mas é vista pela sociedade como se fosse, pois além de ser impecável em seu trabalho e em suas pesquisas, aquelas que “optam” pela maternidade também precisam ser impecáveis como mães e donas de casa; e quando minimamente não atendem a essas expectativas, são logo classificadas como péssimas professoras, péssimas pesquisadoras ou péssimas mães. Algo que também é visto na fala de Célia, mais uma colaboradora que considera que existe uma grande desigualdade de gênero no trabalho acadêmico, “os homens têm um lugar seguro em qualquer espaço da sociedade e no mundo acadêmico não é diferente”. Célia (2021) traz para o debate mais um ponto que possui extrema relevância para esse debate, um recorte racial que muito evidencia as dificuldades encontradas por professoras negras em cursos superiores:

Eu como mulher e negra sinto isso diariamente. Os colegas professores homens nunca são questionados pelo trabalho que fazem, principalmente em ralação ao racismo praticado com estudantes brasileiros, indígenas, quilombola e internacionais [...]. No meu caso, sinto que homens e mulheres brancos são mais respeitados (as) tanto pelos alunos (as) brancos (as), quanto pelos alunos pretos (as) e pelos próprios colegas professores.

Como já disse, nossos corpos são racializados o tempo todo e não seria diferente nessa relação de trabalho.

Célia finaliza sua resposta reafirmando a necessidade de interseccionalizar os corpos e “[...] entender que eles têm cor, classe e raça, tem um lugar de fala e de experiência que muitas vezes tem dor e traumas, mas tem muito conhecimento também” (CÉLIA, 2021). Quanto a Ana, quando indagada sobre se para ela o trabalho acadêmico seria desigual entre homens e mulheres, ela afirmou que não considera.

A segunda pergunta questionava se como mulher elas sentiam que sua condição de intelectual/pesquisadora/professora era comprometida, Maria afirmou não se tratar de sentimentos, mas de fatos e que apenas suas amigas mulheres e alguns professores africanos perguntavam sobre seus estudos, “[...] para o restante, nosso intelecto é nulo” (MARIA, 2021). Ester também traz uma resposta afirmativa para essa questão; Ana afirma que sim, sua condição de intelectual, pesquisadora e professora são comprometidas, e complementa que para ela isso se dá “em função das atribuições com os demais membros da família”; Célia ao apresentar uma resposta afirmativa traz os seguintes apontamentos:

Nós mulheres negras estamos construindo nossa imagem positivada nesse lugar, tentando o tempo todo escapar das armadilhas das imagens de controle a qual nos aprisionaram, de que nosso lugar é no privado, de que não somos intelectuais parecemos mais com a funcionária da limpeza, confundidas muitas vezes, ou seja, somos confrontadas e desautorizadas o tempo todo. Precisamos criar estratégias para sobreviver nesse espaço racializado e provar que somos capazes de produzir conhecimento, somos professoras doutoras com um título igual ao do meu colega e da minha colega branco (a).

Nesse sentido, as mulheres estão o tempo todo tentando mostrar que são dignas de estarem nos espaços que estão, que são merecedoras de seus títulos e importantes atoras sociais no ambiente no qual estão inseridas, bem como criando formas de sobreviver em um ambiente que é hostil para as mulheres, desenvolvendo estratégias de se estabelecerem e de fazer com que outras mulheres também consigam trilhar esse percurso acadêmico. Célia também denuncia que são desautorizadas não só por seus colegas de trabalho, mas também por alunos que estão o tempo todo as questionando como se elas não possuíssem capacidade intelectual suficiente para ensiná-los, além disso, pontua que muitas estudantes mulheres procuram homens como orientadores para falar de gênero, nas palavras dela:

Já vi muitas meninas escolherem professores homens brancos para orientar trabalhos sobre gênero, vem conversar comigo para pedir textos, daí pergunto o que você estuda? Ela: Gênero, sou orientanda de prof. Fulano de tal, aí eu digo a elas, quem sou para te indicar textos, seu orientador é um grande pesquisador nessa área ele te indicará excelentes referências.

Aqui é perceptível que suas capacidades intelectuais são postas a prova a todo o momento, além de serem inferiorizadas, terem suas vozes enfraquecidas ainda precisam lidar com uma série obstáculos que, pelo fato de serem mulheres, se tornam ainda maiores dentro da academia. Estar sob tais condições evidencia que ser mulher, professora e pesquisadora não é tarefa simples em uma instituição de ensino superior.

A terceira pergunta tratava sobre como elas viam que a academia invisibilizava a posição de mulher. Ester prontamente apontou para a relação quantitativa de professores homens e professoras mulheres, pontuando que sim, houve um crescimento quantitativo de mulheres no quadro de professores ao longo dos anos, mas os homens continuam sendo maioria, segundo ela:

Podemos perceber isso também nos "grandes" nomes, nas referências teóricas na área da educação, por exemplo. Apesar de termos uma expressiva maioria de professoras mulheres na educação básica, por toda a característica histórica de esse ser um lugar prioritariamente feminino, em função da relação de educação das crianças-maternagem e, sobretudo, dos baixos salários e não reconhecimento profissional, a maioria das grandes referências na área ainda são homens.

Ester traz para o debate uma percepção sobre os autores mais usados e que são considerados basilares para o ensino que vale trazer aqui, não queremos indagar sobre seus trabalhos e/ou competências, mas mostrar que os homens possuem uma concentração de poder em suas mãos que foi construída ao longo da história e que se reafirma a todo tempo. E muito disso intensifica os lugares nos quais o homem é colocado, no topo de uma hierarquia e a mulher abaixo; além disso, mostra que para a mulher chegar a ter maior reconhecimento de suas pesquisas e trabalhos é necessário que haja o dobro ou o triplo de esforço, bem como dedicar um tempo que pelo fato de ser mulher, elas não possuem em virtude de muitos deveres e cuidados que são definidos como atribuições femininas pela sociedade. À mulher é imposto tudo que é ligado ao materno, como a educação básica, muito ligada ao cuidado, mas a educação superior já se torna um lugar que não as pertencem. Maria, ao responder a questão levantada, aponta diversos momentos em que tem sua presença e/ou voz hostilizada/invisibilizada:

Cita uma autora, pelo sobrenome, pressupõe um sujeito que produz conhecimento que é masculino; você apresenta autoras mulheres e estudantes dizem "o autor"; assédios múltiplos, por colegas, chefias e até alunos. A voz nossa nas reuniões e sempre apagada, invisibilizada, quem não dá uma de louca, não é ouvida. Te forçam a ser quem você não é. Ou a gente adota estilo cangaço ou o povo passa por cima de você, é isso [...]. Assim também como os colegas nunca perguntam o que estudamos, também não sabem e somos menos convidadas para eventos, palestras.

Qualquer evento organizado por homens você vai ver sempre maioria homens, quando um homem recomenda alguém para um cargo, vai ser um homem e assim pela frente.

Muitas violências que Maria aponta dialogam com o que Célia traz sobre o livre acesso dos homens a muitos espaços, para Célia (2021):

Não basta ir longe é só fazer um mapeamento desses espaços de poder pra ver quem os ocupa. E esses espaços são poucos solidários, onde os homens se saem bem, porque é o espaço público, entende? Nós mulheres e mulheres negras temos ainda que sempre provar que somos competentes. Basta ver quem fala nas reuniões de docentes, os homens e em grande maioria brancos.

Provar que possui competência, capacidade e nível intelectual em mais uma função que recai sobre os ombros femininos ao estarem em espaço onde a posição de mulher é invisibilizada e hostilizada de diversas formas, essa é a tarefa das quatro entrevistadas. Para Ana, a universidade invisibiliza a posição da mulher quando não leva em consideração o tempo que é dispensado em outras atividades que também são importantes.

A quarta e última pergunta pediu às professoras sugestões de como essas subordinações poderiam ser erradicadas. Célia sugere a criação de cotas para cargos de gestão, a criação de “[...] uma ouvidoria capacitada para receber as denúncias para que pessoas sejam punidas e aprender de uma vez por todas respeitar o (a) próximo (a), seja ele quem for, gay, preta, indígena, quilombola ou internacional” (CÉLIA, 2021); Ana, por sua vez, propõe uma “avaliação de desempenho considerando as peculiares de gênero” (ANA, 2021); Ester pontua que seria “através da luta e reafirmação constante da mulher nesses espaços. Da não aceitação do silenciamento, do apagamento. Do trabalho colaborativo e empático com outras mulheres, o que se chama de sororidade” (ESTER, 2021); e, por fim, Maria diz que “os homens têm que mudar. Nós mudamos, eles atrasam o passo. Até os nossos amigos nos interrompem, querem passar mão e invisibilizam, tudo o que relatei aqui foi feito por colegas ‘bonzinhos’, desconstruídos, pró-feministas, super de esquerda” (MARIA, 2021).

Diante do que foi exposto é possível verificar que a presença da mulher na academia tem uma marcada relação de desigualdade em relação aos homens. As mulheres são constantemente invisibilizadas, questionadas, têm suas vozes enfraquecidas e silenciadas, sofrem com diversas violências simbólicas, mas não apenas: são hostilizadas e assediadas no ambiente trabalho, são indagadas quanto as suas competências, incluindo por discentes. De acordo com as percepções das colaboradoras, é visível que há uma naturalização do machismo e do patriarcalismo que acabam interferindo negativamente no

desenvolvimento acadêmico, reforçando barreiras que impedem o seu protagonismo, resultando em grandes obstáculos que não permitem que as mulheres produzam ciência em sua total potência. Na academia, um ambiente essencialmente masculino, as mulheres se sentem coagidas, invisibilizadas e desqualificadas, tendo que provar a todo momento que são capazes e dignas de ocupar os espaços que ocupam.

Desta forma, é de suma importância que, além de incentivar o ingresso e a permanência de estudantes mulheres na universidade e buscar uma relação de sororidade com as colegas de trabalho, as docentes continuem a lutar por seus direitos: trata-se de uma luta que é cansativa e que está longe de acabar, mas que valerá a pena. É necessário que haja políticas dentro da instituição que erradiquem as desigualdades, possibilitando que as mulheres consigam adentrar nesse espaço sem prejuízos. Assim como a professora Célia apontou, é importantíssimo que se criem ouvidorias que atendam a mulheres vítimas de qualquer tipo de violência na instituição para que elas se sintam amparadas. Esses resultados podem significar que uma parte do problema já foi identificada, mas que precisa ser solucionada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou o trabalho de pesquisa, havia constatado a necessidade de debater as desigualdades de gênero dentro da universidade, trazendo à tona discussões que ajudassem a expandir os estudos sobre gênero e divisão sexual do trabalho e que também problematizassem os espaços públicos ocupados por mulheres, assim como os possíveis entraves que são impostos.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral identificar e compreender as percepções de mulheres pesquisadoras e docentes sobre como se dão as relações de gênero na Universidade. Nessa perspectiva, observo que o objetivo foi atendido porque efetivamente o trabalho conseguiu identificar e demonstrar as percepções de professoras do ensino superior em uma universidade brasileira sobre como se dão essas relações em seu ambiente de trabalho.

O objetivo específico inicial era averiguar se a naturalização do machismo e do patriarcalismo interferiam no desenvolvimento acadêmico das docentes ou reforçavam as barreiras que impediam o protagonismo; e esse objetivo foi atendido ao nos depararmos com as respostas das docentes diante das perguntas que foram realizadas, as quais confirmam que essas naturalizações as impedem de produzir ciência em sua total potência. Outro objetivo era

o de buscar, por meio das percepções das docentes, compreender a experiência de produzir ciência em um ambiente que é predominantemente masculino (se não numericamente, mas simbolicamente). Esse objetivo também foi atendido, uma vez que pelas respostas obtidas foi possível perceber que não se trata de uma tarefa simples e que essa desigualdade de gênero contribui para que as mulheres se silenciem e que não consigam concentrar-se unicamente na tarefa do fazer docente e do fazer científico.

A pesquisa iniciou apontando que as mulheres vivem opressões multifacetadas (por vezes sobrepostas) e que tais empecilhos acabam se transformando em obstáculos que resultam em grandes impactos nas trajetórias dessas mulheres. Essa hipótese foi evidenciada por meio da pesquisa bibliográfica e das entrevistas que confirmaram que as mulheres continuam a vivenciar essas opressões, que por sua vez, funcionam como entraves. Para todas as mulheres entrevistadas, a academia revela faces muito hostis.

Este trabalho possibilitou uma compreensão, adensada, de como é o cenário das relações de gênero na área das humanidades em uma universidade brasileira. Com as narrativas dessas mulheres, professoras-pesquisadoras, espero ter contribuído para reverberar questões que até então são desconhecidas por muitos; ou pelo menos ignoradas. Vê-se a necessidade de tornar público que existem muitas questões a serem resolvidas para que, de fato, haja a equidade de gênero que tanto se almeja, pois vimos como a trajetória das mulheres é permeada de impedimentos que são resultados de uma sociedade machista e patriarcal, cuja ressonâncias são explícitas no meio acadêmico. Desejo que essa pesquisa mostre um cenário que está nas entrelinhas das Universidades, pouco debatido e que, com isso, possa contribuir com as demais pesquisas que virão e que são tão necessárias na luta por uma sociedade mais justa e equânime.

Referências

ANA. **[Entrevista cedida à Bianca dos Santos Marques]**. Redenção, CE, 2021. Entrevista transcrita em documento Word no computador da entrevistadora.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p.18.

CÉLIA. **[Entrevista cedida à Bianca dos Santos Marques]**. Redenção, CE, 2021. Entrevista transcrita em documento Word no computador da entrevistadora.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, nº 171, 2002.

Dia Internacional de Mulheres e Meninas na Ciência. **Governo do Brasil, 2021**. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/destaque-em-cti/dia-internacional-de-mulheres-e-meninas-na-ciencia>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

ESTER. **[Entrevista cedida à Bianca dos Santos Marques]**. Redenção, CE, 2021. Entrevista transcrita em documento Word no computador da entrevistadora.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**. História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARIA. **[Entrevista cedida à Bianca dos Santos Marques]**. Redenção, CE, 2021. Entrevista transcrita em documento Word no computador da entrevistadora.

MOSCHKOVICH, Marília; ALMEIDA, Ana Maria F. Desigualdades de Gênero na Carreira Acadêmica no Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 58, n. 3, 2015.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995. P. 77

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Revista estudos feministas**, v. 13, p. 11-30, 2005.

STEIL, A. V. Organizações, gênero e posição hierárquica: compreendendo o fenômeno teto de vidro. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 32, n.3, p.62-69, 1997.